

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# PROVA ORAL

## PONTO V

### DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

#### QUESTÃO 2

Márcia ajuizou ação de prestação de contas contra o banco no qual é correntista, visando à obtenção de esclarecimentos acerca de cobranças de taxas, tarifas e encargos ocorridas nos últimos cinco anos em conta-corrente de sua titularidade. Devidamente citada, a instituição financeira alegou decadência do direito, com base no artigo 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, sob o argumento de que a autora somente poderia reclamar as informações relativas aos últimos noventa dias, já prestadas voluntariamente antes da propositura da ação.

Com base nessa situação hipotética, discorra sobre a alegação da empresa ré quanto à decadência dos direitos de Márcia.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# PROVA ORAL

## PONTO V

### DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

#### QUESTÃO 2

Responda aos seguintes questionamentos.

- a) Como é definido o quociente partidário, em função da coligação ou dos partidos aos quais os candidatos são filiados?
- b) Quando são definidos o ordenamento dos candidatos eleitos e a ordem de sucessão pelos candidatos suplentes nas eleições proporcionais?
- c) A quem compete processar e julgar mandado de segurança que discuta a sucessão pelos suplentes?

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# **PROVA ORAL**

## **PONTO V**

### **DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO**

#### **QUESTÃO 2**

O Ministério Público recebeu, em janeiro de 2012, procedimento de apuração de ilícito tributário previsto no art. 1º, I, da Lei n.º 8.137/1990. Nele, foi apurado que o fato teria ocorrido em 19/5/1999, constando, ainda, que houvera impugnação ao auto de infração lavrado em 17/5/2000 pela administração fazendária, cujo processo administrativo fiscal foi encerrado em 25/5/2011. Sabendo que a pena para a prática do ilícito referido é de dois a cinco anos de reclusão, responda, de forma fundamentada, à seguinte questão.

Houve prescrição do crime tributário, quando do recebimento dos autos pelo Ministério Público em janeiro de 2012 de acordo com o entendimento do STF?